



Gonçalo José Poeta Fernandes  
*e-Geo/FCSH-UNL* goncalopoeta@ipg.p

## **A coesão territorial e os espaços de montanha – encontros e desencontros de ordenamento e valorização da Cordilheira Central**

**Recursos Naturais e Ordenamento do Território**

### **1. Introdução**

O Livro Verde da Coesão Territorial Europeia reconhece especificidades aos territórios de montanha, pelos múltiplos constrangimentos que lhe estão associados. De facto, estes territórios apresentam modos de vida, processos produtivos e formas de apropriação, com significados e simbolismos próprios. A par das mudanças e rupturas dos equilíbrios sociais e produtivos têm experimentado novas funcionalidades, que originam formas de ocupação do solo distintas das tradicionais. O reconhecimento do seu valor ambiental, socio-económico e da sua especificidade territorial, tem merecido uma atenção crescente da União Europeia, embora com orientações distintas, em função das suas características naturais e modelos de gestão. No sentido de uma intervenção adequada, são necessárias estratégias de ordenamento que permitam uma maior articulação entre espaços, a rentabilização ecocultural dos recursos e o incremento do bem-estar das suas comunidades.

O papel das montanhas na história da humanidade e a riqueza de recursos e funções que albergam têm sido insuficientes para atrair a atenção das autoridades políticas para intervenções de ordenamento específicas, no sentido da sua gestão sustentável. Embora não exista uma convenção mundial sobre as áreas de montanha, a Conferência do RIO (Eco 92) e a determinação, do ano internacional da montanha em 2002, pela Assembleia das Nações Unidas,

relevam a importância atribuída a estes territórios e os desafios que enfrentam na actualidade. Na Europa, são praticamente as únicas regiões geográficas que conservam os seus biótipos originais, num continente muito marcado pelas actividades humanas, pelo que representam os mais *preciosos* reservatórios naturais, mas também os mais vulneráveis, constituindo um capital turístico de progressiva valorização e integração nas lógicas de gestão territorial. No que concerne ao balanço da acção comunitária para a montanha, apesar de um leque alargado de medidas/programas que lhe são aplicáveis, e por isso reflectem alguma preocupação com a coesão destes espaços, não existe uma política integrada e explícita. As acções não estão apoiadas numa estratégia convergente, ajustada às especificidades destas áreas.

As dinâmicas de transformação do território carecem de uma ordenação dos espaços e dos usos que compatibilizem o desenvolvimento económico e social com a protecção e recuperação de processos ecológicos afectados pelas actividades de produção e consumo.

O conhecimento das características físicas da montanha, dos modos de organização, das dinâmicas e dos problemas socio-económicos e espaciais, permitem traçar um quadro de orientações para o seu desenvolvimento e articulação territorial, o que implica a adopção de políticas, estratégias e intervenção desenhadas de forma própria. Embora sejam territórios valiosos, pelos recursos que detêm, ficaram durante longos períodos à margem das orientações e acções de desenvolvimento formal, com planos e intervenções específicas.

As serras da Cordilheira Central têm sido percebidas e apropriadas em função de quatro aspectos fundamentais que têm influenciado o seu desenvolvimento, nomeadamente o isolamento, a pobreza das suas comunidades, o despovoamento e a acção assistencial. As orientações e estratégias de ordenamentos devem traduzir a espacialização das lógicas de desenvolvimento que estes territórios supõem e terão que alcançar, em termos da articulação das condições físicas ou naturais com as actividades económicas, que representam quadros de vida próprios e a sustentação equilibrada e multifuncional do espaço. A rede de infra-estruturas e equipamentos deve ser articulada em função da organização do povoamento, optimizando os investimentos, garantido a qualidade ambiental e promovendo a elevação dos níveis de conforto das comunidades locais. Na prática tem-se assistido a ordenamento desconexado, no qual se tem evidenciado a classificação como Áreas Naturais Classificadas, sem existir uma política de gestão integrada, envolvendo de forma efectiva as diversas entidades administrativas.

Deve ser garantida a sustentabilidade dos modelos territoriais, assegurando a viabilidade económica e financeira da produção de bens e de serviços e a sua adequação à procura, promovendo a participação e o empenho de todos os agentes no processo de (re)construção do território e da sua evolução equilibrada, como pilar de governância num projecto de efectivo desenvolvimento. O conhecimento das políticas e acções das diversas autarquias, das políticas de ordenamento direccionadas para estes espaços e das lógicas de intervenção são determinantes para a definição de um modelo de ordenamento profícuo.

O artigo centra-se nas serras da Cordilheira Central portuguesa, onde tem ocorrido uma desarticulação da organização produtiva e social devido, em parte, à ausência de um modelo de governança que reconheça a sua especificidade e promova a integração territorial através do reforço da conectividade espacial e da estruturação de redes funcionais de cooperação.

Saliente-se, que nestas regiões importa ir além da compensação das desvantagens, desenvolvendo acções em termos de implantação de equipamentos estruturantes (melhoria das condições de vida), regulamentação (descriminação positiva) e valorização territorial (promoção dos recursos, funções e produtos), que fomentem investimentos materiais e imateriais capazes de incrementar o bem-estar destas comunidades e a articulação territorial com espaços adjacente de forma complementar e solidária.

A definição das estratégias de ordenamento teve como suporte a percepção e intervenção dos municípios de montanha sobre os seus territórios, no âmbito das políticas e estratégias de gestão, com base na informação recolhida através de inquérito por questionário. Procurou-se conhecer as orientações da globalidade das unidades administrativas, para conseguir uma visão abrangente das políticas e das acções promovidas sobre estes territórios e aferir as diferenciações em termos político-administrativos, sócio-económicas e ambientais. Considerou-se, em simultâneo as lógicas de intervenção á escala europeia e em particular as desenvolvidas nos países mediterrânicos.

## 2. A especificidade territorial da montanha

O modelo de ordenamento para os territórios de montanha terá que ponderar duas características que lhe são peculiares: **especificidade** e **fragilidade**. Rieder e Wyder (1997) defendem que as estratégias delineadas devem ser adequadas a cada região e ter por base uma informação alargada que permita uma interpretação concreta e uma intervenção funcional. A definição dos pilares de desenvolvimento e das prioridades de actuação são fundamentais para o ordenamento e gestão destes espaços, que se revelam complexos face às características intrínsecas, às funções e às formas de percepção pelos actores locais. No estudo<sup>1</sup> de âmbito europeu promovido por Prince e Kim (1999), sobre o desenvolvimento sustentável da montanha, verificou-se que as prioridades ecológicas sobrepunham-se às de carácter político e económico, embora fosse atribuída grande importância aos indicadores sociopolíticos relacionados com o incremento da acção participativa das comunidades locais e à formação e sensibilização em matéria de conservação e desenvolvimento. Estes territórios exigem, de acordo com Cavaco (2005, p. 2), *um maior comprometimento e a articulação de políticas de emprego, economia, educação e desenvolvimento rural, que deveriam ter eco em disposições associadas à qualificação, a uma gestão racional das florestas, à manutenção e protecção dos espaços*

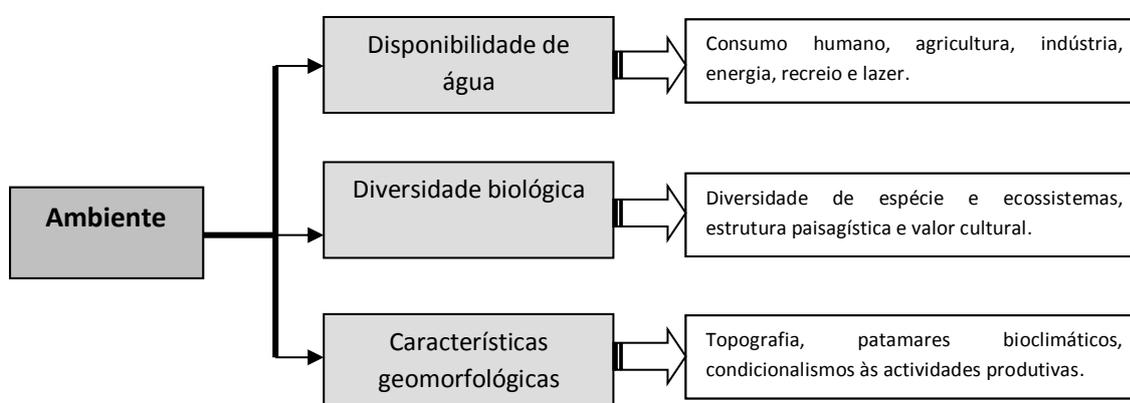
---

<sup>1</sup> Estudo sobre o desenvolvimento sustentável das montanhas na Europa, com base num inquérito direccionados às organizações científicas, ONG's e funcionários administrativos de 30 países europeus.

*verdes, ao desenvolvimento de um turismo ecológico e à criação de emprego, de actividades económicas e de serviços que garantam a qualidade de vida dos que aí vivem.*

As montanhas têm um valor ambiental excepcional, quer pela expressão territorial e acção dos elementos físicos, quer pelos recursos fundamentais que albergam (figura 1). A água e a biodiversidade são suportes estratégicos para as comunidades locais e para as áreas baixas, visto ser nestes territórios que têm origem as grandes precipitações, pelo efeito de condensação que originam sobre as massas de ar, constituindo-se como importantes reservatórios hídricos, quer na sua retenção no subsolo ou acumulação de neve, quer na formação dos grandes rios, pelo escoamento originado. Este recurso é vital para as comunidades locais e exógenas em termos alimentares, agrícolas, abastecimento de aglomerados populacionais e actividade industrial. A água é também uma fonte de energia (hidroeléctrica), utilizada em grande escala pelas comunidades externas, especialmente aglomerados urbanos e industrias, factor que tem contribuindo para a infra-estruturação da montanha com a construção de barragens e estruturas de armazenamento de água e produção de energia, potenciando, em simultâneo, o desenvolvimento de actividades agrícolas e de recreio/lazer pelos espelhos de água criados.

Figura 1 – Elementos estruturantes do ambiente natural da montanha e suas funções



Ao nível da biodiversidade, as montanhas representam, especialmente na Europa, os espaços de maior riqueza e, em simultâneo, de maior fragilidade, albergando um património natural muito diversificado que tem contribuído para a sua valorização ambiental. As diferenças de altitude definem patamares bioclimáticos<sup>2</sup>, provocam distintas formas de adaptação das espécies e estruturam uma paisagem contrastada e multifuncional. Este escalonamento tem um valor intrínseco e, ao mesmo tempo, económico para as comunidades de montanha, mercê das diferentes formas de ocupação e uso que proporciona ao longo do ano. Esta diversidade

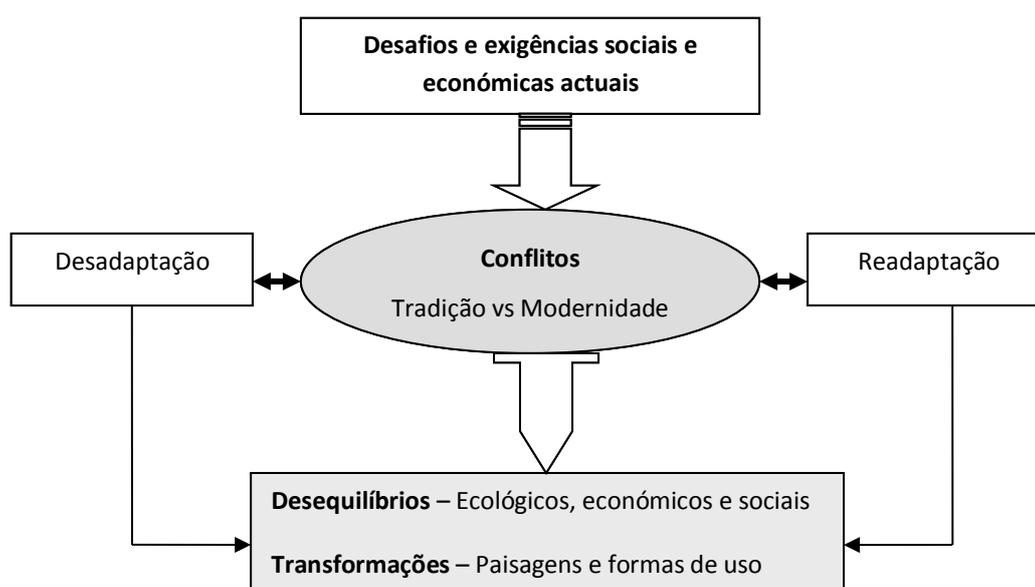
<sup>2</sup> De acordo com Gonçalves (2005: 8), os biótopos de montanha são, por natureza, desfavoráveis ao crescimento vegetal, consequentemente, são espaços de baixa produtividade primária, pouco propícios à acumulação de biomassa e, por essa via, às actividades agrárias. No entanto, existem evidências de que a agricultura pré-capitalista e pré-mecanização tinha uma elevada capacidade de reprodução social na montanha por causa da diversidade – e complementaridade de uso – dos ecossistemas naturais e semi-naturais e das restrições tecnológicas vigentes ao uso dos espaços de montanha.

biológica, associada à topografia, está na base da sua classificação com espaços protegidos e na crescente preocupação das entidades administrativas no sentido da sua preservação.

O incremento da acessibilidade e de infra-estruturas que melhorem a presença do homem nestas regiões têm fomentado o seu uso mais alargado, valorizando os aspectos naturais e culturais. As comunidades de montanha tendem a revelar, segundo Price e Messerli (2002), uma espécie de complexo de inferioridade, face à comparação e promoção das imagens e estilos de vida das sociedades urbanas. Este facto, aliado aos baixos rendimentos e à exiguidade de serviços, tem potenciado a saída das suas populações, tornando estes territórios cada vez menos ocupados e mais envelhecidos. Esta situação gera maior instabilidade e vulnerabilidade territorial, devido à falta de controlo e protecção assumidos tradicionalmente pelas comunidades locais. Como consequência assiste-se à maior incidência de fogos, aos usos desajustados do solo, ao recuo das actividades agro-pastoris e à desarticulação paisagística.

As montanhas atravessam uma situação de desequilíbrio, em virtude das transformações profundas da economia global e das relações com as áreas urbanas. As médias montanhas revelam uma inadaptação às exigências dos tempos presentes, demonstrando um comportamento que se resume num processo dialéctico de desadaptação/readaptação. Isto é, de conflito entre a tradição e a modernidade, ao nível dos usos e funções, que implica a desarticulação de certos modos de organização social e económica, face ao surgimento de novos usuários, formas uso e funções desempenhadas. Estes desafios refazem em permanência a percepção dos espaços de montanha, a sua hostilidade e atractividade, com repercussões visíveis no território e nas suas comunidades (figura 2).

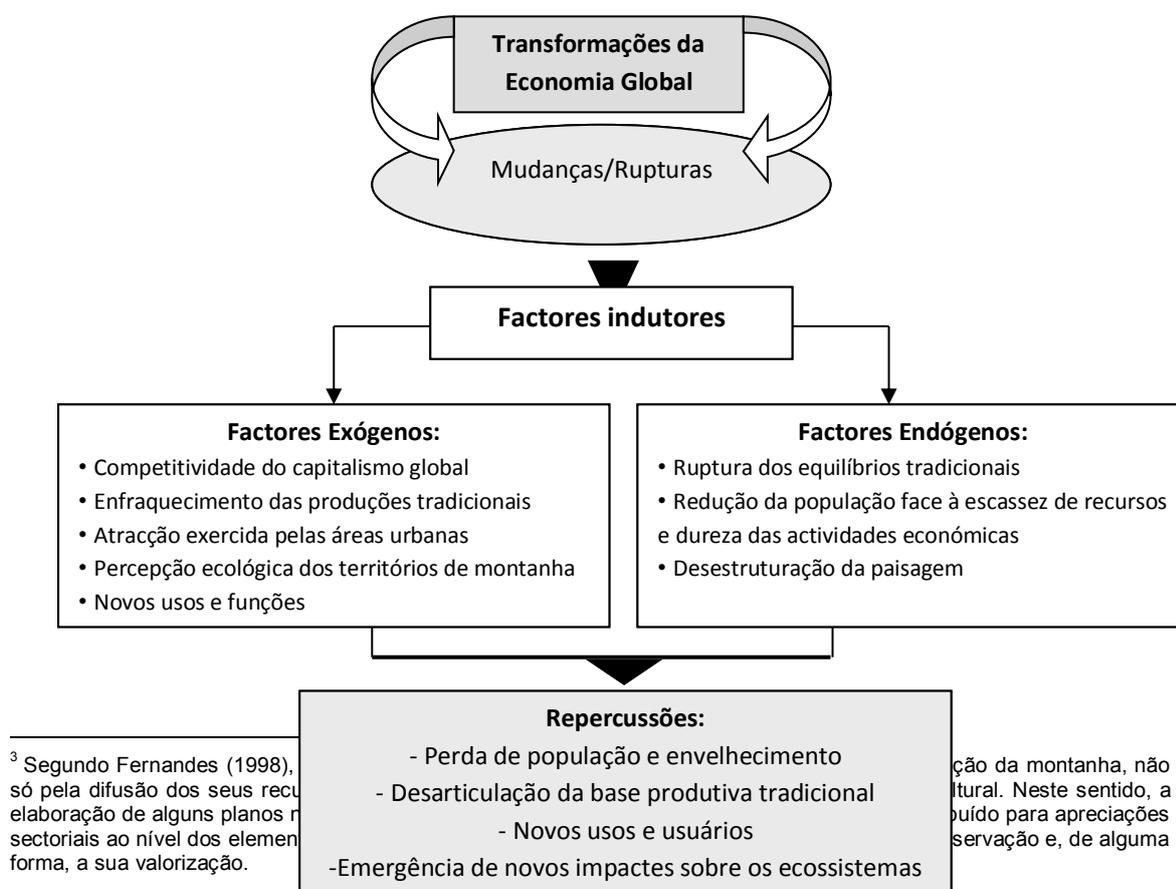
Figura 2 – Conflitos resultantes dos novos desafios e exigências sociais



Os territórios de montanha apresentam especificidades que acentuam as características mais marcadas dos espaços rurais. Condicionamentos de ordem geográfica tendem a empolar o isolamento e contribuem para o êxodo e envelhecimento da população. As transformações nos sistemas de produção dominantes, outrora associados essencialmente à agropecuária e à exploração florestal, colocam a questão da viabilidade e da sustentabilidade dos modelos existentes.

A tendência registada para o despovoamento destes espaços ou para o seu uso temporal, em virtude das suas restrições ao desenvolvimento de actividades económicas e, simultaneamente, da crescente “chamada” dos espaços urbanos, constitui um processo de desvalorização que deve ser corrigido<sup>3</sup> (figura 3). Segundo Gerbaux (2004), o espaço montanhoso actual é marcado pela multiplicidade de usos ligados às representações<sup>4</sup> dos diferentes grupos sociais, o que implica diversidade na sua percepção e definição. Os novos usos sociais estão fortemente associados às actividades de recreio e lazer, mais aportadas pelos grupos exógenos, face às possibilidades naturais e culturais oferecidas pelo meio.

Figura 3 – Transformações sócio-económicas nas áreas de montanha



<sup>3</sup> Segundo Fernandes (1998), só pela difusão dos seus recursos e pela elaboração de alguns planos sectoriais ao nível dos elementos, a sua valorização.

ção da montanha, não natural. Neste sentido, a ajuda para apreciações de conservação e, de alguma

<sup>4</sup> A montanha revela uma representação multiforme, com conotações eminentemente culturais e dependentes das opções e modelos de desenvolvimento e ordenamento aplicados, a par de práticas espaciais específicas, pelo que o lugar e a dimensão da montanha não são iguais no imaginário português, espanhol, francês ou suíço, em virtude das opções de ordenamento e das políticas sectoriais ou globais implementadas (Broc, 1984).

Esta apropriação territorial é geradora de problemas e conflitos, em virtude do aproveitamento se realizar, por um lado, mediante a destruição de valores naturais e culturais e, por vezes, dos próprios recursos e, por outro, porque as condições sociais e económicas para o seu desenvolvimento e exploração são distintas das dos modelos urbanos (Arenillas Parra, 1985).

Assim, as áreas de montanha, com recursos naturais de grande interesse e formas de vida arcaica, vêem-se ameaçadas pela presença de um “novo” modelo de utilização do território e pela tendência regressiva do sistema económico e organizacional tradicional. Configuram-se como zonas deprimidas e em conflito, visto que a sua estrutura física e económica apresenta especiais dificuldades para conseguir o equilíbrio e harmonia entre um meio natural valioso mas frágil e o aproveitamento dos seus recursos; entre as formas de ocupação tradicional e as políticas de intervenções do Estado.

Neste sentido, concorrem directamente na estruturação e organização espacial e produtiva da montanha as condições físicas, as formas de uso e ocupação tradicional e as políticas de intervenção estatal.

i. *Condições físicas* - As condições físicas que estruturam a montanha, revelam um espaço de sacrifícios e de esforços permanentes para obter meios de vida para a população local. Esta conflitualidade tem restringido as actividades tradicionais, associadas ao sistema agro-pastoril, e promovido mobilidades sazonais verticais das suas comunidades, para usufruir das condições climáticas mais favoráveis à sua presença e ao desenvolvimento das suas actividades económicas. Os condicionalismos impostos aos ciclos vegetativos e os acréscimos de custo/esforço no acesso e criação de infra-estruturas fundamentais para a permanência das comunidades locais têm penalizado ao longo dos tempos estes territórios.

ii. *Forma de ocupação* – A ocupação da montanha revela diferenciações no espaço e no tempo. As zonas mais baixas e de vale conheceram em primeiro lugar a acção humana no sentido da sua ocupação e exploração, constituindo os vales e os seus cursos de água eixos preferenciais para a fixação da população e para a penetração até às áreas mais elevadas. A floresta e os incultos afectam a maior parte do espaço montanhoso e são os elementos de maior significado ecológico. A conquista ascendente, através da exploração florestal, criação de infra-estruturas de transporte e armazenagem de água, difusão de segunda residência e incremento das actividades turísticas, tem intensificado os conflitos entre novos e velhos proprietários, as actividades tradicionais e o turismo, o desaparecimento de áreas comunais e o “congelamento” desses territórios por considerações ambientais.

iii. *Intervenções do Estado* – A crescente preocupação em articular o homem e a natureza de forma racional e integrada, numa abordagem de sustentabilidade, tem incrementado a intervenção do Estado, que visa, através da sua classificação como espaços naturais (Parques Naturais, Reservas Naturais, Áreas de Paisagem Protegida...), proceder à sua protecção e salvaguarda, em termos de património natural, histórico-cultural, actividades económicas e vida de relação. Contudo, as consequências das tendências restritivas daí decorrentes ganham cada vez mais expressão, traduzidas na dualidade de que tão grave será actuar sem considerar a estrutura ecológica do meio, como o condicionar do espaço de forma injustificada. A tendência é para melhorar a protecção dos recursos naturais quando eles proporcionam utilidade aos seus habitantes, e a sua não utilização leva à perda do seu interesse para o desenvolvimento das regiões da sua inserção (Cabero Dieguez, 1997). Nesta óptica, impõe-se qualificar as condições de vida da população, para assegurar a sua permanência, bem como as suas actividades tradicionais, sendo premente proceder a uma gestão que possibilite a manutenção dos recursos ambientais e a participação e intervenção efectiva dos agentes públicos, privados e população em geral no seu aproveitamento, de forma compatível e dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

As montanhas mediterrânicas, pelas suas características ecológicas, os seus valores de altitude, os seus modos de vida e escassez de recursos, em comparação com o restante território, constituem um ecossistema físico, social e económico frágil, que carece de protecção. Os problemas que evidenciam estão relacionados com a destruição de valores naturais e culturais e com as deficientes condições sócio-económicas da população residente, com implicações territoriais que desequilibram a débil estrutura organizacional da montanha.

### **3. Encontros e desencontros na gestão da Cordilheira Central**

A evolução económica e social penalizadora, que tem verificado as serras portuguesas, está ligada aos condicionalismos naturais e ao défice de infra-estruturas e equipamentos, que têm contribuído para o desaparecimento de muitas actividades e modos de vida próprios da montanha, devido à saída e envelhecimento das suas populações. Estas dinâmicas provocaram um quadro de exclusão<sup>5</sup> e marginalização territorial, arrastando estes espaços para uma situação de crise, com perda substancial das actividades agro-pastoris e o avanço da floresta e dos incultos. Em simultâneo, ocorre a sua valorização ecocultural, mercê da integridade dos seus recursos e diversidade de ecossistemas.

---

<sup>5</sup> Numa complexa cadeia causal, as restrições naturais à produtividade vegetal, a escassez de inovações tecnológicas apropriadas, as acessibilidades difíceis, o reduzido retorno em energia do investimento em trabalho e os baixos valores de mercado de muitos dos produtos da montanha explicam a tardia integração mercantil na história recente da montanha em Portugal. A mesma cadeia causal acaba também por explicar a intensidade dos fluxos migratórios ocorridos desde os finais do século XIX, o actual despovoamento e o intenso processo de abandono em curso (Gonçalves, 2005, p. 8)

As transformações experimentadas pelos espaços serranos, especialmente no último meio século, conduziram a uma percepção diferenciada, com expectativas, protagonistas e problemas que originaram a reconfiguração das bases produtivas, organização social e paisagens (Fernandes, 2005). Muitos das suas actividades ficaram parados no tempo, registando um afastamento dos modelos de *progresso* dos territórios adjacentes, sobretudo os de cariz urbano. Na actualidade assistimos a uma revalorização<sup>6</sup> geral da montanha, ao nível da sua imagem, processos produtivos e formas de uso, em virtude da emergência de um novo sistema social de valores, que premeia as qualidades naturais e culturais destes territórios. Estas mudanças de percepção, e mesmo de ocupação, levam a que estes espaços, antes isolados e hostis devido às imposições naturais, tenham hoje uma visão e apropriação distinta, em resultado do seu conhecimento e abertura ao exterior (Fernandes, 2008). O incremento da acessibilidade, a exploração dos recursos, a difusão dos valores ecoculturais, o alargamento das actividades de recreio e lazer e o aumento dos fluxos de visitantes, têm contribuído para a sua revitalização como espaço de produção e consumo, associados a padrões de qualidade.

O desenvolvimento das áreas de montanha tem que passar por um modelo e estratégias específicas, ajustadas à sua dimensão natural, económica e social. Durante longos períodos, a montanha foi vista como espaço marginal e de reduzido interesse económico e social. As políticas de intervenção territorial eram direccionadas para as áreas baixas, não existindo um entendimento dos problemas próprios das regiões de montanha e das suas comunidades. Porém, a nível europeu têm merecido crescente atenção, pelo reconhecimento da valia dos seus recursos, sendo-lhe dedicados instrumentos de apoio específicos. No presente vários países elaboram leis e adoptam políticas para favorecer o desenvolvimento das montanhas.

Segundo a Comissão Europeia (2004:147), nos 15 países que compunham a U.E. e naqueles em fase de adesão, detectaram-se quatro situações-tipo em função das políticas de intervenção na montanha:

- **Países sem políticas de montanha** - A Dinamarca, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta e Holanda não apresentam políticas de montanha, dadas a morfologia dos seus territórios. A Bélgica, Irlanda, Luxemburgo e Polónia têm muito poucas ou baixas áreas de montanha e, por isso, não desenvolveram acções específicas. Na Grécia, Noruega e Eslovénia, embora países montanhosos, as intervenções nestas áreas não se diferenciam da política de desenvolvimento geral.

- **Países com políticas/medidas sectoriais de montanha**, nomeadamente agrícolas, originadas com a Directiva CEE/75/268, que mais tarde estão associadas ao ambiente e desenvolvimento rural. Na Irlanda, Hungria, Portugal e Eslováquia as políticas estão apenas direccionadas para a agricultura, ambiente e turismo.

---

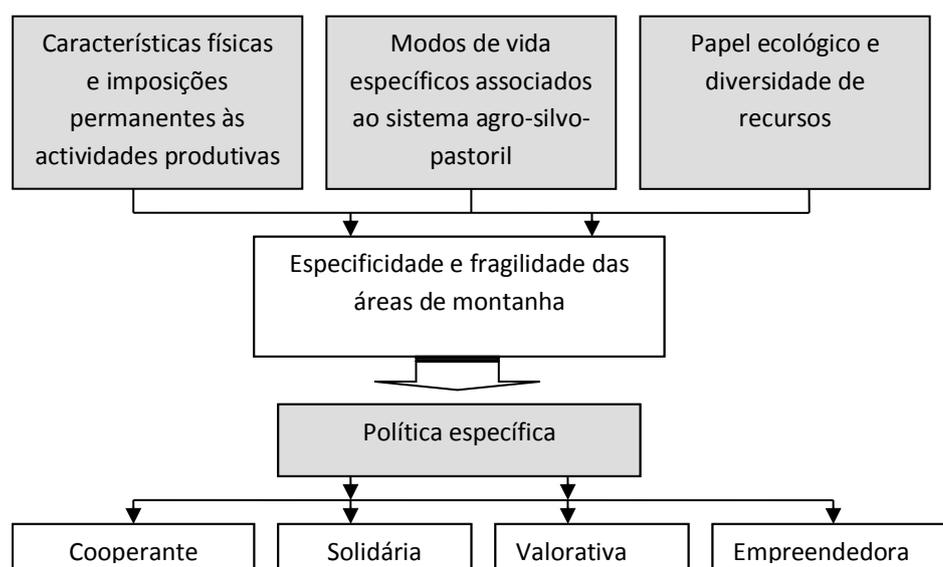
<sup>6</sup> Contudo, na actualidade assiste-se a uma valorização da montanha, para o que tem contribuído a emergência dos seus elementos naturais e culturais, que identificam e personalizam secularmente estes espaços, e o reforço de uma cultura de ócio e lazer, que permeia estes espaços, fomenta fluxos de visitantes, difunde valores ecoculturais e uma imagem de qualidade.

- **Países onde as políticas de montanha estão associadas a múltiplas áreas de desenvolvimento.** Embora a preocupação inicial tenha sido a agricultura, progressivamente procedeu-se à sua integração transversal, em sectores como a educação, ambiente, turismo e planeamento, onde têm adaptações particulares. Estão neste contexto a Alemanha, Espanha e Áustria.

- **Países onde as políticas de montanha estão ligadas ao desenvolvimento global,** em que as questões ambientais e de compensação dos condicionalismos naturais foram sendo incluídas numa política integrada. É o caso da França (Lei de Montanha, 1985), da Itália (Lei de Montanha, 1994) e da Suíça (Lei de investimentos em regiões de montanha, 1974). A Bulgária e Roménia têm adoptado leis de montanha inspiradas nos modelos francês e italiano. Estes países revelam uma preocupação efectiva com estes espaços, promovendo intervenções específicas.

Em Portugal os territórios de montanha têm permanecido relativamente esquecidos<sup>7</sup>, em termos de uma política específica e integrada. As intervenções têm-se circunscrito à preservação, com base em pressupostos ambientais, levando à classificação de muitas serras em áreas protegidas ou à sua delimitação como Reserva Ecológica nos instrumentos de planeamento de âmbito regional e municipal. A ausência de uma política de desenvolvimento tem contribuído para a perda de população e a ruptura do modelo produtivo destes territórios, pondo em causa equilíbrios ancestrais de uso e exploração. As iniciativas no âmbito do programa LEADER constituem a excepção.

Figura 4 – Bases para uma política de montanha



<sup>7</sup> Gaskell (2005: 4) refere Portugal como um país significativamente montanhoso em relação aos padrões da UE. No entanto, assumiu, até há pouco tempo, um papel quase passivo no debate sobre a política de montanha na Europa.

Os problemas e debilidades, hoje reconhecidos, exigem uma intervenção adequada, articulando a coexistência de usos e funções, num cenário tendencialmente de mudança, devido ao papel ecológico, social e económico que as montanhas representam para as comunidades locais e vizinhas (figura 4). Face à avaliação das suas características e à importância territorial, em termos dos recursos e funções que alberga, a promoção do seu desenvolvimento é um desafio para as entidades administrativas, nacionais e internacionais, o que tem contribuído para a definição de orientações<sup>8</sup> e programas.

Segundo o Comité Económico e Social (2003), o futuro das regiões de montanha é indissociável de uma política europeia específica que assente em três eixos de acção:

- compensação das desvantagens competitivas, face aos condicionalismos físicos permanentes destes territórios;
- Incremento de equipamentos e infra-estruturas que atenuem as debilidades e estrangulamentos existentes, com destaque para tecnologias de informação e comunicação;
- valorização da identidade e das potencialidades da montanha, traduzida numa imagem de integridade e qualidade dos seus recursos.

Os territórios de montanha requerem uma intervenção que lhes permita consolidar os seus usos e funções e assumirem-se, de forma plena e valorizada, como espaços de autenticidade e diversidade.

#### **4. Orientações para um modelo de ordenamento das serras da Cordilheira Central**

Atendendo à posição geográfica das serras da Cordilheira Central, características físicas, recursos endógenos, funções e dinâmicas socio-económicas, O modelo de ordenamento deste território deve considerar seis pilares: preservação, multifuncionalidade, participação, cooperação, coesão e inovação.

Assim, as orientações e estratégias de ordenamento traduzirão a espacialização das lógicas de desenvolvimento que estes territórios supõem e terão que alcançar, em termos da articulação das condições físicas ou naturais com as actividades económicas, que representam quadros de vida próprios e a sustentação equilibrada e multifuncional do espaço. A rede de infra-estruturas e equipamentos deve ser articulada em função da organização do povoamento, otimizando os investimentos, garantido a qualidade ambiental e promovendo a elevação dos níveis de conforto das comunidades locais. Os centros urbanos deverão ser reforçados como pólos estruturantes

---

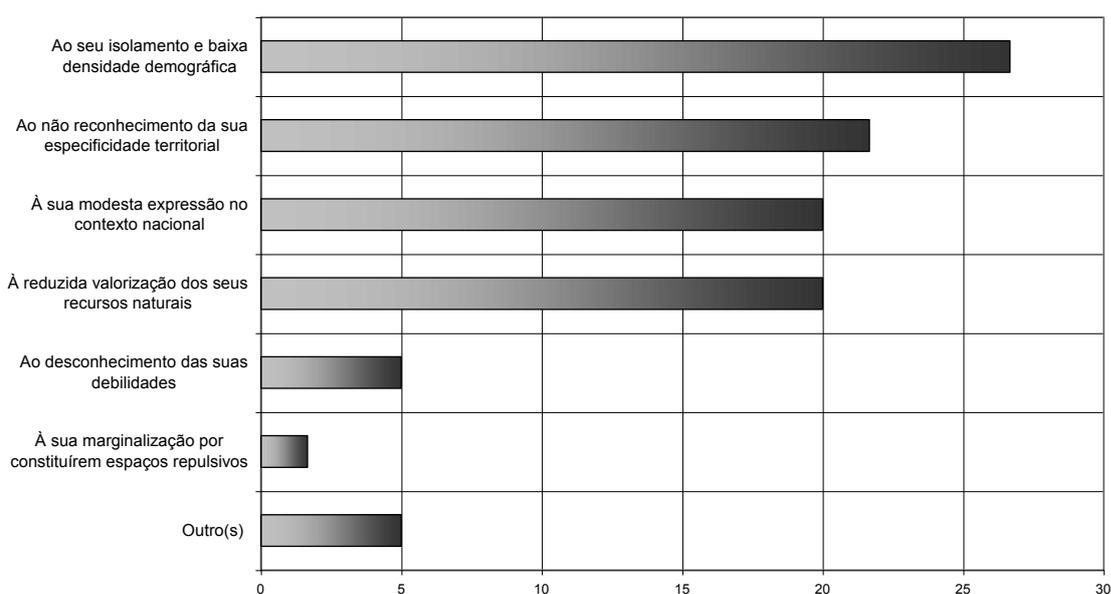
<sup>8</sup> De acordo com Cavaco (2005:2) *Os territórios de montanha apresentam especificidades que acentuam as características mais marcadas dos espaços rurais. Condicionamentos de ordem geográfica tendem a aumentar o isolamento e contribuem para o êxodo e envelhecimento da população. Transformações nos sistemas de produção dominantes, outrora associados essencialmente à agropecuária e à exploração florestal, colocam a questão da viabilidade e da sustentabilidade dos modelos existentes.*

da Cordilheira, criando-se redes de articulação com as áreas de menor densidade que possibilitem a equidade territorial.

Serafim (2005) refere que para além da diversidade da paisagem, da arquitectura, das práticas e conhecimento tradicionais, há também a variedade dos modos de vida, pelo que é fundamental incentivar o uso diversificado da montanha e a manutenção da herança cultural, social e económica, através de estímulos que permitam a presença e fixação do homem, alertando que o despovoamento das serras e montes representa um preço elevado e com custos acrescidos para o futuro do planeta.

Segundo os municípios da cordilheira, a sua situação de crise e marginalização revela a negligência de políticos e entidades administrativas, pois subestimam as qualidades ambientais e funções que encerram. Das razões que têm levado, de uma forma geral, à falta de atenção efectiva com estes territórios sobressaem o isolamento e baixa densidade, seguindo-se o não reconhecimento da sua especificidade territorial. As questões relacionadas com a acessibilidade continuam a condicionar fortemente o investimento e a fixação de população. Os *handicaps* e as especificidades sócio-culturais devem constituir argumentos para um tratamento diferenciado e para a definição de políticas próprias que, de modo solidário e cooperante, possibilitem o seu desenvolvimento e a manutenção da sua estrutura eco-cultural. A sua modesta expressão territorial e a reduzida valorização dos seus recursos surgem, com igual significado, como aspectos do seu *esquecimento* ao nível das acções (figura 5). Foram ainda assinaladas outras causas como a inexistência de uma política de desenvolvimento integrado, de ordenamento florestal e razões eleitoralistas que privilegiam o investimento em outros espaços, mantendo os desequilíbrios sócio-económicos destas áreas interiores e pouco povoadas.

Figura 5 – Razões da marginalização político/administrativa dos territórios de montanha



Neste âmbito, e atendendo às intervenções conhecidas de ordenamento e gestão em áreas protegidas, sobressai uma apreciação negativa por parte de 64% das autarquias, a que se junta cerca 12 % que não respondem ou desconhecem acções específicas de gestão nestes espaços. Esta percepção penalizadora do desenvolvimento destes espaços decorre das imposições estabelecidas em termos de uso, protegendo os aspectos naturais (numa perspectiva naturalista) em detrimento das comunidades locais. Existe convicção que a classificação em áreas protegidas tem contribuído para o esvaziamento demográfico e incremento das desigualdades com as áreas adjacentes, restringindo actividades económicas que poderiam potenciar o emprego e o aumento de rendimentos. É também apontada a falta de uma política integradora que reconheça as limitações específicas destes territórios e uma execução concreta das orientações definidas nos respectivos planos de ordenamento das áreas protegidas. Em termos positivos regista-se a introdução de regras de definição de usos e funções e de valorização dos ecossistemas, a par de uma preocupação na defesa do património natural e cultural, como reforço da identidade da montanha e sua diferenciação face aos territórios adjacentes.

Saliente-se que 88 % dos municípios (22 autarquias) são favoráveis a um instrumento de ordenamento específico para as áreas de montanha, de preferência com escala de intervenção intermunicipal (40%) ou regional (32%). A opção por uma intervenção de âmbito serra/montanha<sup>9</sup> foi apontada por 20% das autarquias (5). São referidas soluções que passariam pela articulação de organismos de intervenção regional ou pela criação de um Plano Especial de Ordenamento do Território para a montanha, à semelhança do que acontece para as albufeiras, orla costeira, áreas naturais e estuários.

Os projectos/intervenções específicas para as áreas de montanha não existem em 48% das autarquias, a que se juntam mais 12% cujas intenções reveladas são meramente na promoção do turismo ou de produtos regionais. Nos municípios com acções concretas para estes territórios, estas encontram-se distribuídos por quatro áreas – jurídicas, turísticas, equipamentos e património – (quadro 1) e preconizam, em termos gerais, intervenções de ordenamento, nos domínios da urbanização e da floresta, promoção e qualificação das actividades turísticas, melhoria das acessibilidades e de equipamentos de apoio à população, recuperação e valorização do património, especialmente das aldeias serranas.

Na prática verifica-se um conjunto diverso de orientações, algumas materializadas em instrumento de ordenamento territorial, cuja execução tem sido adiada por razões financeiras ou falta de decisão autárquica. O ordenamento da floresta é identificado como de interesse, existindo a intenção de se criarem entidades específicas para a sua gestão e o desenvolvimento de protocolos que articulem meios para a sua defesa e valorização, nomeadamente entre autarquias, sem que se tenha formalizado. A valorização das áreas de serra tem sido preferencialmente equacionada em termos de turismo, com a instalação de equipamentos

---

<sup>9</sup> Corresponde a uma intervenção que abrangeria o território integrante de uma serra ou conjunto montanhoso, isto é, um instrumento específico direccionado para determinadas áreas de montanha, como seja a serra da Estrela ou todo o conjunto montanhoso da Cordilheira Central.

recreativos e desportivos, e intervenções na recuperação de imóveis fortalecendo o seu valor patrimonial e elevando a qualidade de vida dos seus moradores, como são exemplos aldeias de xisto nas serras da Gardunha, Alvélós, Açor e Lousã e pequenos conjuntos edificados na serra da Estrela.

Quadro 1 – Linhas de orientação e propostas de intervenções das autarquias nas áreas de montanha

Áreas	Propostas e Intervenções
Jurídicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protocolo entre os municípios da serra da Lousã na gestão e ordenamento da floresta e recuperação de rede viária</li> <li>• Certificação de produtos endógenos/regionais, promovendo a denominação de origem</li> <li>• Planos de urbanização, em conjugação com o ICNB, nas áreas classificadas, que regulamentem usos e tipologias de construção</li> <li>• Plano de ordenamento nas áreas de maior pressão turística da serra da Estrela (Penhas Douradas e Penhas da Saúde)</li> <li>• Unidades de gestão florestal, que estabeleçam o seu ordenamento e funções</li> <li>• Gabinete técnico para as florestas, que proceda à sua gestão e ordenamento</li> </ul>
Turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do turismo, definindo áreas a privilegiar e tipologias de equipamentos</li> <li>• Reforço da oferta hoteleira, criando apoios financeiros (exemplo Finicia) e áreas privilegiadas para a sua instalação</li> <li>• Criação de rede de percursos turísticos e requalificação de equipamentos de apoio</li> <li>• Infra-estruturas de apoio a unidades termais e desportivas</li> </ul>
Equip. e Infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria das acessibilidades – rede viária municipal e intermunicipal</li> <li>• Melhoria das vias de acesso de carácter panorâmico – recuperação de caminhos florestais e definição de percursos temáticos</li> <li>• Promoção de equipamentos de apoio ao lazer, ao desporto e à educação ambiental</li> </ul>
Património	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação do património cultural, imóveis públicos e privados para serviços e actividades comerciais</li> <li>• Recuperação de aldeias serranas (valorização das casa tradicionais e apoio à sua reabilitação e incremento do saneamento básico)</li> <li>• Programação da reabilitação das aldeias de montanha em colaboração intermunicipal</li> <li>• Projecto de reflorestação e qualificação multifuncional da floresta (reflorestação de áreas ardidas, recuperação de caminhos, instalação de equipamentos desportivos e de lazer)</li> </ul>

No sector turístico, o seu impacte para a região depende do modelo de ordenamento implementado. Desta forma é necessária a participação e articulação efectiva dos agentes que intervêm, dinamizam e regulamentam a actividade, promovendo a qualidade dos equipamentos hoteleiros e das infra-estruturas de apoio, a melhoria das acessibilidades e das informações, o incremento da animação nos seus mais diversos domínios, a sua promoção no país e exterior e

a gestão rigorosa do ambiente com as novas práticas que a montanha vai sendo alvo. O marketing constitui um instrumento fundamental para a expansão do turismo na região e sua divulgação, potenciando os recursos naturais e o património histórico-cultural. Deve ser feito um esforço para fortalecer o turismo rural, as actividades desportivas ao ar livre e o turismo sénior (que tem registado um crescimento apreciável, com motivação distinta dos anteriores, ligado especialmente à cultura, etnografia e história da região), o que permite a continuação e preservação de diversas produções artesanais, usos e costumes.

No sector industrial, importa estimular o investimento, através de benefícios fiscais e financeiros à localização de iniciativas empresariais na região e à exploração dos recursos endógenos, especialmente na fileira silvo-pastoril e alimentar. A sua implantação deverá ser junto dos principais aglomerados populacionais, beneficiando das economias de aglomeração existentes e minimizando as repercussões sobre as áreas de maior valor natural. O posicionamento geográfico da região favorece as ligações com o mercado Ibérico.

O sector agrícola, em virtude das restrições físicas e das principais orientações comunitárias, tem o futuro limitado, se persistir o modelo actual baseado em culturas pouco adaptadas e competitivas. A sua especialização em determinados produtos, a criação de uma denominação de origem, e a união dos agricultores para um melhor conhecimento do mercado europeu e dos canais de distribuição pode constituir um rumo adequado à sua manutenção e valorização. A existência de uma estratégia de comercialização, baseada em princípios de qualidade, protegida e potenciada com rótulo de origem, pode permitir às produções de montanha (como enchidos, batata, castanha, mel, queijo e determinadas espécies pecuárias) assumirem um direccionamento comercial distinto e a sua afirmação junto dos consumidores. Este processo necessita, para além das orientações e estratégias institucionais, de uma população participante, que vá elevando progressivamente a sua formação técnica e profissional, de modo a perceber os desafios que se equacionam e desenvolver capacidades e meios para os superar. O surgimento de cursos de formação para a indústria e hotelaria são já uma realidade que deve ser reforçada, de modo a que a inovação e a qualidade dos serviços prestados sejam cada vez maiores e constituam fonte de atracção e de investimento. As associações, clubes e outras organizações não governamentais deverão ser um elo de ligação da população e de incentivo à manutenção de usos e costumes, estimulando as actividades que dinamizem e criem atractividade à região.

Assinale-se que estas serras têm sido alvo de uma política conservacionista e proteccionista, que tem originado a sua classificação como parques ou espaços naturais protegidos. Essa política permitiu a salvaguarda e manutenção das suas características ecológicas, mas levou à sua desvalorização como espaço de relação e articulação social, económico e ambiental. As tendências actuais preconizam uma visão e gestão integrada e participativa, para assegurar o equilíbrio ambiental e associar à conservação a pluralidade económica, a melhoria da oferta de serviços e o apoio às actividades seculares. Assim, perspectiva-se a manutenção da população e das actividades agrícolas e pecuárias, num cenário de conjugação complexa mas racional entre o meio e o homem, deixando coexistir velhos e novos processos produtivos e de apropriação do

espaço. Neste contexto a complementaridade paisagística e a valorização ecocultural, reclamam o reforço da cooperação transnacional, de modo a assumirem um maior protagonismo<sup>10</sup> na região e uma maior divulgação e valorização dentro da Europa Comunitária.

A diversidade de instrumentos de gestão territorial não tem contribuído para uma apropriação eficiente das montanhas. Os Planos Regionais de Ordenamento da primeira geração (de natureza física) não contemplaram a especificidade destes espaços. Pelas suas características e expressão territorial necessitam de intervenções concertadas entre os vários municípios, compatibilizando interesses e definindo linhas estratégicas para o seu ordenamento.

O modelo de ordenamento a promover deve ter por base a dimensão administrativa que sustenta este corredor montanhoso, os instrumentos de gestão territorial em presença e a forma de governação estabelecida. Neste sentido deverão ser considerados dois níveis de articulação:

► **Ambiente ↔ Actividades Económicas**

► **Rede de infra-estruturas e equipamentos ↔ Estrutura do povoamento**

Ao nível ambiental as preocupações recaem sobre a valorização do património natural, a preservação dos recursos e funções ambientais, a degradação das condições ecológicas, associadas às transformações na estrutura produtiva, e a pressão das actividades turísticas. As estratégias são de reforço do ordenamento do território e protecção dos recursos naturais, promovendo a montanha como espaço pluriifuncional e reservatório ecocultural. Procura-se a valorização da identidade para novas funções e utilizadores, preservando a estrutura paisagística e o valor intrínseco dos recursos. A definição de usos específicos para os distintos locais, o fomento da captação de água, como bem estratégico, para fins energéticos, consumo e actividades produtivas, o estímulo à multifuncionalidade da floresta e o fortalecimento da montanha como meio educativo, constituem intervenções para uma percepção valorativa dos recursos e funções destes territórios.

Ao nível económico as preocupações e estratégias identificadas apostam, por um lado, na manutenção e valorização das actividades tradicionais, ligadas ao sistema agro-silvo-pastoril, potenciando os modos de vida específicos, através da promoção e certificação das produções, pela qualidade e autenticidade, o que permite alcançar mercados de maior exigência e valor; por outro, na aposta em actividades ligadas com o turismo e lazer, rentabilizando as unidades hoteleiras e de restauração, recuperação de imóveis e actividades culturais, a par de um vasto conjunto de serviços ligados com as actividades de animação e desporto. O incremento das qualificações e o desenvolvimento de processos inovadores de uso dos recursos tornam-se determinantes para as agro-indústrias, indústrias culturais e turismo. A edificação difusa deve ser

---

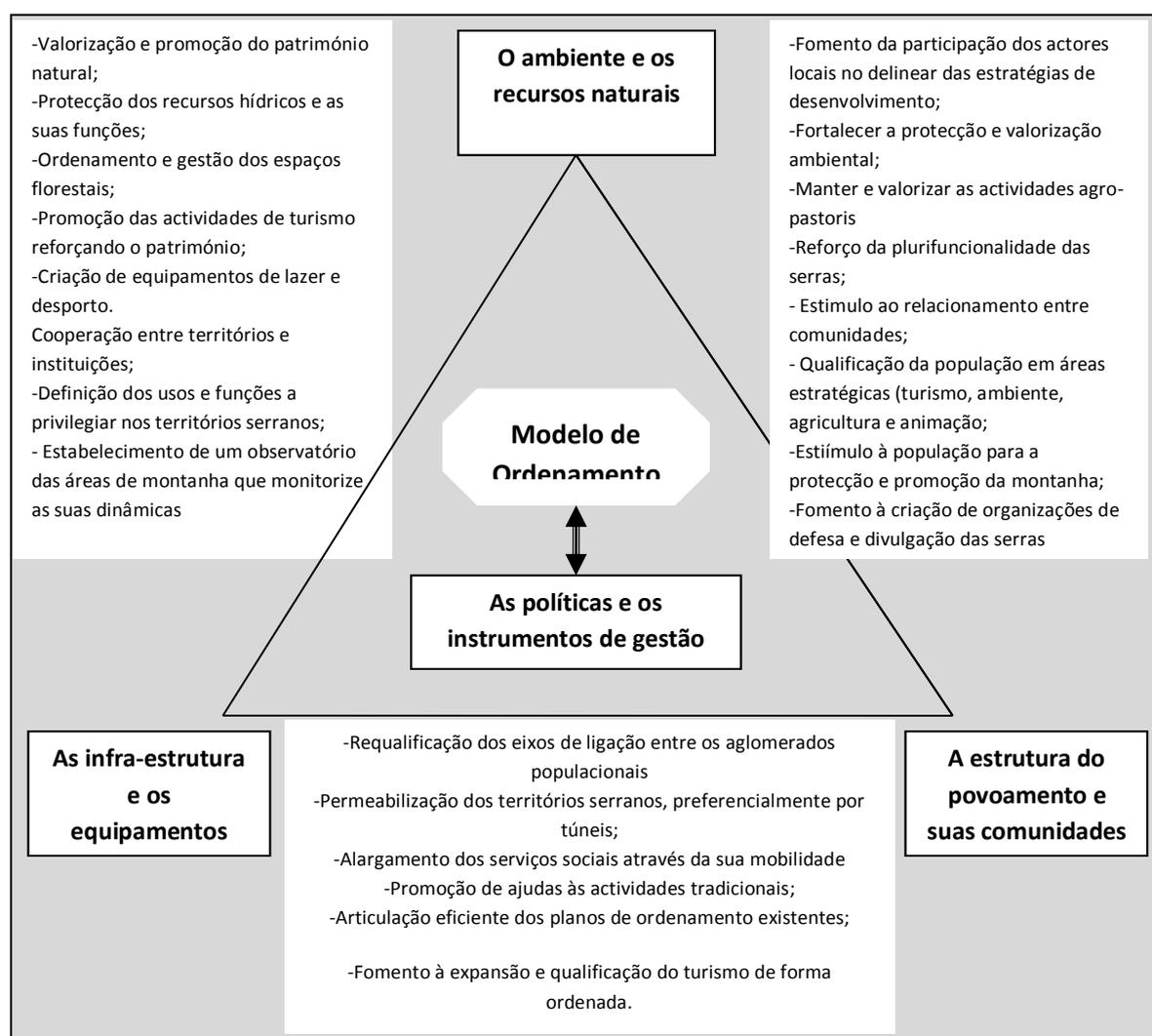
<sup>10</sup> Este território, pela sua localização e dimensão transfronteiriça, características ecológicas e geomorfológicas, qualidade paisagística e peso histórico-cultural, constitui uma cordilheira de grande valor patrimonial capaz de ser um espaço promotor de desenvolvimento, face ao crescente reconhecimento ambiental e cultural.

combatida face aos maiores custos associados às infra-estruturas de apoio, à potencial degradação da paisagem e aos riscos naturais de instalação.

O investimento produtivo e a geração de emprego são prioritários para a sobrevivência das comunidades de montanha. A integração dos seus serviços, ambientais e culturais, numa lógica de mercado, corresponderá necessariamente às novas formas de apropriação do território e de consumo.

Ao nível social as estratégias têm de favorecer a melhoria das condições de vida das populações, a criação de infra-estruturas que minimizem as imposições físicas, nomeadamente de acessibilidade e de acesso a serviços e equipamentos, incremento dos níveis de qualificação, fomento da participação e cooperação formal e informal entre os diversos territórios e as entidades administrativas, no sentido da concertação de acções para o desenvolvimento do espaço montanhoso e suas comunidades.

Figura 6 – Modelo de intervenção territorial para a Cordilheira Central



No respeitante aos equipamentos colectivos e serviços deve ser promovida a sua concentração nos principais aglomerados urbanos, desenvolvendo uma maior conectividade territorial que favoreça a acessibilidade das áreas rurais mais afastadas e de menor densidade a estes centros, reforçando a sua centralidade. Assim, a permeabilidade constitui um factor determinante para a mobilidade das populações, promovendo o acesso a bens e serviços e potenciando os investimentos sem comprometer o bem-estar das comunidades locais. A opção por túneis<sup>11</sup> torna-se adequada, fortalecendo as conectividades intermunicipais, a redução dos custos de deslocação ao litoral e o menor impacto sobre o meio natural. Os custos mais elevados devem ser percebidos como esforço de cooperação na articulação e valorização de territórios com *handicaps* naturais permanentes. A qualificação da população, o uso de novas tecnologias e o fortalecimento da cooperação entre freguesias é determinante para a rentabilização de serviços e infra-estruturas

O ordenamento do território, tendo como referência o interesse público e procurando ir além do mero estatuto regulamentar de “comando e controlo”, deve adquirir um carácter tipo *contratual* que vincule e oriente as entidades administrativas e os agentes sociais e económicos a uma visão estratégica de actuação. Pretende-se, assim, uma abordagem mais programática e integradora, direccionada para projectos capazes de promover competitividades e valorização económica e social. Neste sentido os instrumentos de gestão – Planos – devem ser entendidos como ferramentas operacionais e estruturantes para o desenvolvimento de políticas, de estratégias de investimento, de articulação de usos e funções e de fomento à participação dos cidadãos.

Atendendo às características dos territórios de montanha, à estrutura de ordenamento nacional e aos interesses de gestão evidenciado pelos municípios da Cordilheira Central, há que considerar as seguintes hipóteses, que se materializa em dois processos de ordenamento:

Processo1 - Os Planos Regionais (PROT) não estabelecem uma intervenção específica nas áreas de montanha, nem têm considerado a sua articulação territorial, face à expressão geográfica destas serras; os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP) consagram a sua intervenção na protecção da natureza e valorização dos aspectos ambientais, sem uma visão integradora do território e das suas comunidades; os Planos Municipais apresentam intervenções pontuais e estabelecem a classificação do solo no espaço rural muito baseado na REN e RAN, sem existir uma preocupação de integração de usos valorativos das comunidades locais. Assim, a definição de um plano Intermunicipal pode constituir para as regiões de montanha um verdadeiro instrumento de gestão, sem implicar a criação de novos instrumentos e garantindo a transposição das orientações do PROT e do POAP para a escala intermunicipal, fomentando uma efectiva estratégia de ordenamento e um papel mais interventivo das autarquias na apropriação dos espaços serranos.

---

<sup>11</sup> Correspondente à proposta B relativa ao Plano rodoviário na região centro da Estradas de Portugal, E.P.E., relativa à ligação do IC7, através do itinerário Viseu - Covilhã, passando por Nelas, Seia Manteigas e Teixoso, atravessando o maciço central por túneis.

Processo 2 - Concertação com as entidades espanholas que gerem a cordilheira, para promover a sua classificação como Parque Natural Ibérico, definindo um plano de ordenamento transnacional. Tal pressupõe o estabelecimento de uma cooperação entre ambos os países na definição, regulamentação e efectivação de um instrumento desta natureza. As relações entre as comunidades de um e outro lado da fronteira são favoráveis e revelam formas de ligação antigas. A existência de projectos desta natureza, como são exemplos o Parque do Douro Internacional e o Parque do Tejo Internacional, com resultados positivos, poderá constituir bases favoráveis para a sua aplicação à montanha, face ao interesse estratégico dos seus recursos e ao fortalecimento de um espaço que deverá ser de união e nunca de separação. Esta definição seria uma mais-valia no ordenamento e promoção para este corredor montanhoso de âmbito internacional, articulando estratégias de gestão transfronteiriça, que os actuais modelos não apresentam, permitindo uma integração efectiva dos recursos e uma política concertada de acção.

#### • A forma de Governância

O processo de governância deverá assegurar a participação das diversas entidades e estabelecer compromissos para garantir a aplicação das políticas e dos planos e melhorar a coordenação vertical e horizontal dos sectores público e privado. Esta orgânica vai ao encontro das orientações da U.E. no sentido da cooperação e articulação das políticas de ordenamento do território entre diversos espaços e estados membros.

Em correspondência com os modelos atrás propostos, as formas de governação terão, naturalmente, composição distinta.

Assim, no processo 1 pressupõe-se uma articulação dos diversos municípios (com liderança no processo), o ICNB, a CCDRC, as Instituições de Ensino Superior e outros agentes promotores. O PIOT assegura a articulação entre planos regionais e municipais de ordenamento do território, tendo em consideração a particularidade destes espaços e a necessidade de coordenação e integração dos elementos estruturantes, face à sua interdependência. Este plano, de natureza estratégica, definia as grandes opções, estabelecia directrizes de carácter genérico, constituindo um quadro de referência para os instrumentos de planeamento municipal e vincularia as diversas entidades públicas. A concertação dos actores pode traduzir uma acção mais eficiente nas negociações com a administração central, no sentido de se alcançarem interesses específicos e com aplicação intermunicipal, integrando e responsabilizando a administração local numa intervenção concertada para os seus territórios. A opção por um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território teria vantagens face à opção por um plano especial de montanha, pela sua dimensão estratégica, pela maior vinculação que aporta às autarquias na sua concepção e aplicação, pela proximidade dos problemas e anseios das comunidades, pela especificidade que pode ser introduzida em função das realidades de cada conjunto montanhoso e pela existência neste territórios de instrumentos dessa natureza, nomeadamente os POAP e os POA (Planos de ordenamento das albufeiras).

O processo 2, dado o carácter transnacional, implica a colaboração entre as entidades administrativas dos dois países. A organização administrativa existente, diferenciada em termos de estrutura e de competências, confere às regiões autónomas espanholas (Castyla e Lyon e Extremadura), capacidades para negociar a intervenção de gestão territorial sobre áreas do seu território, ao contrário da realidade portuguesa em que as negociações terão de ser desenvolvidas pelo estado. Este procedimento implicaria a integração dos diversos municípios, da CCDRC e do ICNB, através dos representantes das diversas áreas protegidas, a nível nacional, e em Espanha as regiões autónomas espanholas e o Ministério del Ambiente. Este modelo aporta a introdução da dimensão ibérica/europeia de ordenamento dos territórios, pela ligação e coordenação das políticas para espaços cuja dimensão física não deve reconhecer limites administrativos.

A articulação estratégica entre recursos, políticas e agentes locais deverá ser privilegiada no sentido de promover acções concertadas, reconhecendo as debilidades estruturais e o valor da dimensão ecológica da montanha para a dinamização e incremento da qualidade de vida das comunidades locais. Entenda-se esta qualidade de vida e bem-estar como um processo interactivo entre indivíduos, sociedade e ambiente, onde existam capacidades diferenciadas de acesso às oportunidades criadas<sup>12</sup>, potenciadas pela instrução, informação, qualificação e mobilidade. Neste sentido procura aceder-se a patamares elevados de rendimento, de qualidade ambiental, acesso facilitado a bens e serviços, participação social e política, isto é, alcançar satisfações e aspirações, de acordo com as necessidades individuais<sup>13</sup>, mas enquadradas num processo evolutivo de qualificação do território, dos modos de vida e das identidades existentes ou desejadas.

Os territórios de montanha têm estado referenciados pelas limitações em termos de conforto e mercado de trabalho, face às imposições das suas condições naturais, às características da estrutura produtiva tradicional e ao défice de equipamentos, serviços e infra-estruturas, tornando-os vulneráveis a situações de carência e de ausência de políticas específicas de valorização e apoio. Estes aspectos deverão ser atenuados face à sua importância ambiental e à oferta de condições de vida alicerçadas num modelo onde os aspectos naturais assumem uma posição de prestígio e os modos de relação se caracterizam pela partilha e cooperação. Este corredor montanhoso deverá manter a sua multifuncionalidade, elevando a qualificação da sua população em domínios estratégicos como o turismo, as agro-indústrias e a fileira florestal, capaz de originar processos inovadores que fomentem e valorizem os serviços e produções geradas, associando uma imagem de qualidade e de identidade. O reconhecimento da especificidade territorial deverá ser encetado pela administração local promovendo orientações próprias para estes territórios e capacitando-os para serem privilegiados nas políticas comunitárias e alvo de acções solidárias, como compensação pelos recursos e funções que preservam, mas

---

<sup>12</sup> É necessário ultrapassar as visões materialistas e centrar a discussão conceptual no modo como está distribuída a riqueza e na maior ou menor possibilidade das pessoas conduzirem as suas vidas (Sá Marques, 2004)

<sup>13</sup> A relatividade da noção de qualidade de vida e a sua mutabilidade em função das diferenciações sociais e culturais tornam difícil a elaboração de um conceito unívoco e universal de bem-estar (Guerra, 1998)

fortalecendo a sua capacidade de intervenção na definição das estratégias de ordenamento. Pela sua importância ecocultural representam uma alternativa cada vez mais valorizada, perante os modelos de produção intensiva e os formatos de turismo apoiados nas áreas urbanas e litorais, o que fortalece a sua articulação territorial, a sua multifuncionalidade e a sua valorização ambiental.

## Conclusão

Em Portugal a montanha, e as serras da Cordilheira Central em particular, apresentam transformações que têm modificado a sua imagem e percepção, especialmente pela população urbana. Ao longo dos tempos a Cordilheira sofreu alterações significativas, em virtude do progressivo conhecimento das suas potencialidades, passando de espaço marginal e de articulação territorial complexo, a espaço complementar e de valorização. Assim, têm ocorrido transformações dos seus usos e funções, provocadas por novos investimentos e investidores, direccionados sobretudo para a exploração do potencial turístico (novas unidades hoteleiras, equipamentos e a recuperação e revalorização de imóveis), que visam responder a uma procura com motivações cada vez mais diversas.

A percepção como espaços arcaicos, de baixo conforto e de exploração de recursos básicos, está a alterar-se para uma visão alargada de usos, em que as funções tradicionais (agro-silvo-pastoris) se mantêm e valorizam, por uma conduta social mais preocupada pelas questões ambientais e de saúde e por um reconhecimento crescente da sua riqueza patrimonial. Hoje, a montanha revela-se como espaço de consumo alargado, perante as possibilidades oferecidas pelas suas características naturais e culturais. Por isso é fundamental conceber estratégias que combatam o despovoamento e êxodo das serras e integrem e protejam as suas funções básicas, como sejam a preservação do ambiente, a protecção da natureza e a certificação dos produtos.

A riqueza natural e cultural convertem-se em referências para a sua promoção, como espaço de relação económica e ecocultural, pese embora as suas debilidades estruturais, relacionadas com uma penalizadora evolução demográfica e com a reduzida amplitude da sua estrutura produtiva. O reconhecimento da especificidade territorial, a definição de um modelo estratégico e a articulação sinérgica dos actores locais constitui, pois, um caminho para o seu desenvolvimento.

## Bibliografia

- Arenillas Parra, T. e ALL (1989) Notas para una identificación de problemas en los espacios naturales de montaña, *Supervivencia de los Espacios Naturales*, Ministerio de Agricultura, Pesca e Alimentación, Madrid, 317-327.
- Broc, N. (1984) Le milieu montagnard : naissance d'un concept, *Revue de Géographie Alpine*, Grenoble, nº 2-3-4, 125-153.

- Cavaco, C. (2005) Especificidade da montanha exige maior comprometimento, *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, Idrha, Lisboa, 2.
- Comissão Europeia (2004) *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries* – Final report, Bruxelas.
- Costa Lobo, M. (2003) O papel do planeamento no processo de transformação do território, in *Planear – Transformar – Gerir, 1º Seminário de engenharia do Território*, IST, Lisboa, 17-21.
- Cunha, L. (2003) A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local, in CAETANO, L. (Coord.), *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Di Pietro, M. (1999) *Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquias, terciarização e outras formas*, Atlas, São Paulo.
- Fernandes, G. (2001) Evolução e Significado do Extremo Ocidental da Cordilheira Central, como Espaço de Articulação Histórico, Sócio-Económico e Ambiental”, *Actas Do 1º Congresso de Estudos Rurais* (formato electrónica), SPER, UTAD, Vila Real.
- Fernandes, G. (2005) Dinâmicas e transformações nas serras da Cordilheira Ibérica: da (des)articulação produtiva à (re)valorização ecocultural, in JACINTO, R e BENTO, V. (Coord.), *Territórios e Culturas Ibéricas*, , Campo das Letras, Porto, 60-74.
- Figueiredo, E. (2007) “A Periferia das Periferias. Áreas protegidas em espaços rurais”, in DENTINHO, T e RODRIGUES, O. (Coord.), *Periferias e Espaços Rurais, II Congresso de Estudos Rurais*, Príncipe Editora, Estoril, 151-172
- Gaskell, F. (2005) Áreas de montanha têm vantagem no mercado global, *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, Idrha, Lisboa, 4-5.
- Gerbaux, F. (2004) Les groupes de pression et la défense de zones de montagnes européennes, *Revue de Géographie Alpine*, Tome 92, N°2, Grenoble, 67-96.
- Gonçalves, A. D. (2005) – “A montanha”, *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, Idrha, Lisboa, p.8.
- Guerra, I. (1998) Grupos sociais, formas de Habitat e Estrutura do modo de vida, *Sociedade e Território* nº 25/26, , Edições Afrontamento, Lisboa, 118-128.
- Merlin, P. (2002) – *L’Aménagement du territoire*, PUF, Paris.
- Messerli, B. e Price, M.F. (2002) – “Promoción del desarrollo sostenible de las zonas de montaña: de Río al Año Internacional de las montañas y más adelante”, *Revista Unasyva*, nº 208, Vol. 53, FAO : Roma, 6-18.
- Price, M.F. e Kim, E.G. (1999) – “Priorities for sustainable mountain development in Europe”, in *International Journal of Sustainable development and World Ecology*, 6, London, 203-219.
- Pujadas, R; Font, J. (1998) - *Ordenación y Planificación Territorial*, Editorial Síntesis, Madrid.
- Rieder, P. e Wyder, J. (1997) Economic and political framework for sustainability of mountain áreas, in Messerli, B. e Ives, J.D. (eds.) (1997) *Mountains of the world: a global priority*, , Nueva York, EE.UU. e Carnforth, Reino Unido, Parthenon, 85-102.
- Ribeiro, O. (1991) Montanhas pastoris de Portugal, tentativa de representação cartográfica, in *Opusculos Geográficos, IV Vol. - O mundo rural*, FCG, Lisboa.
- Ribeiro, O. (1996) L’occupation humaine des montagnes, in *Opúculos Geográficos, Vol IV*, FCG, Lisboa.
- Sa Marques, T. (2004) – *Portugal na Transição do Século: retratos e dinâmicas territoriais*, Edições Afrontamento, Lisboa.
- Serafim, M. R. (2005) *Contributo do LEADER+ para as áreas de montanha*, *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, Idrha, Lisboa, 3.
- Silva, C. (2000) *Áreas Protegidas em Portugal: que papel*, *Geoinova*, nº2, , Lisboa, 27-44.
- Simon, A. (2001c) *Conditions de vie et adaptation humaine aux milieux montagnards*, in WACKERMAN, G. (Dir.), *Les montagnes objets géographiques*, , Ellipses, Paris, 85-92.
- Telles, G. e Pessoa, F. (1996) *Portugal, Paisagens e Espaços Naturais*, CIL, Alfragide.
- Villeneuve, A. e All (2003) *Las montañas y el derecho. Tendencias actuales*, Estudio Legislativo 75, FAO, Roma.